

ATA NÚMERO 26/XIII (1.ª) SL
11 de maio de 2016 – 10h00

Aos onze dias do mês de maio de 2016, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Educação e Ciência, na Sala 10, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da ata

- Atas das reuniões da Comissão de 26 de abril e 3 de maio e da reunião da Mesa e Coordenadores de 5 de maio

3. Comunicações do Presidente

4. Audiência ao Conselho da Procriação Medicamente Assistida – 10h00

5. [Petição n.º 66/XIII \(1.ª\)](#) — Solicitam a aprovação de um regime especial de aposentação para os docentes da educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico – 10h45

- Audição dos peticionários
- Deputado relator: Ana Virgínia Pereira (PCP)

6. [Petição n.º 101/XIII \(1.ª\)](#), de José Manuel Maurício Brás — Solicita a regulamentação que permita a certificação de competências avançadas em TIC, nível III e a revisão do regime legal de avaliação de desempenho dos docentes do Grupo 540, no que se refere à formação contínua

- Apreciação e votação da admissibilidade da petição
- Deputado relator: PS

7. [Projeto de lei n.º 158/XIII \(1.ª\)](#) (BE) - Congela o valor das propinas para o primeiro, segundo e terceiro ciclos de estudos superiores

- Apreciação e votação do parecer da Comissão
- Deputado Relator – Ana Rita Bessa- CDS-PP

8. [Projeto de lei n.º 159/XIII \(1.ª\)](#) (BE) - Mecanismo extraordinário de regularização de dívidas por não pagamento de propinas nas instituições de ensino superior públicas

- Apreciação e votação do parecer da Comissão
- Deputado Relator – Nilza de Sena - PSD

9. [Relatório do Governo sobre “Portugal na União Europeia – 2015”](#)

- Apreciação e votação do relatório da Comissão
- Deputada Relatora: Ana Virgínia Pereira - PCP

10. [Projeto de lei n.º 38/XIII \(1.ª\)](#) (BE) - Revogação da Prova de Avaliação de Conhecimentos e Competências – PACC;

[Projeto de lei n.º 46/XIII \(1.ª\)](#) (PCP) — Estabelece os requisitos para o acesso à profissão docente e garante a anulação dos efeitos da Prova de Avaliação de Capacidades e Conhecimentos.

- Redação final

11. Outros assuntos

12. Data da próxima reunião

17 de maio de 2016

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

2. Aprovação da ata

As atas das reuniões da Comissão de 26 de abril e 3 de maio e da reunião da Mesa e Coordenadores de 5 de maio foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa de iniciativas

- **Baixa de projetos de lei e projetos de resolução sobre o *Número de alunos por turma***

O Presidente da Comissão lembrou que tinham sido discutidas no Plenário, em 8 de abril, as iniciativas abaixo referidas, tendo baixado à Comissão, sem votação, para apreciação, por um período de 90 dias, que termina em 7 de julho. Indicou ainda que tinha proposto que se pedisse parecer/contributos a várias entidades, tendo os Deputados Coordenadores do CDS-PP e do PS dado já resposta. Não havendo mais indicações dos Grupos Parlamentares, propôs que se desse sequência ao processo, nos termos propostos.

A Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) informou que daria brevemente indicação de mais entidades a consultar, não se tendo registado outras intervenções.

- ✓ [Projeto de lei n.º 16/XIII \(1.ª\)](#) (Os Verdes) — Estipula o número máximo de alunos por turma
- ✓ [Projeto de lei n.º 148/XIII \(1.ª\)](#) (PCP) — Estabelece medidas de redução do número de alunos por turma visando a melhoria do processo de ensino-aprendizagem
- ✓ [Projeto de lei n.º 154/XIII \(1.ª\)](#) (BE) — Estabelece um número máximo de alunos por turma e por docente na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário
- ✓ [Projeto de resolução n.º 213/XIII \(1.ª\)](#) (CDS-PP) — Promoção do sucesso escolar através de um estratégico e adequado dimensionamento de turmas

- ✓ [Projeto de resolução n.º 216/XIII \(1.ª\)](#) (PS) — Recomenda ao Governo a progressiva redução do número de alunos por turma
- ✓ [Projeto de resolução n.º 217/XIII \(1.ª\)](#) (BE) — Medidas para a promoção do sucesso escolar
- **Projeto de resolução n.º 303/XIII (1.ª)**

O Presidente referiu que tinha baixado à Comissão o Projeto de Resolução seguinte, do PCP, tendo a Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) informado que indicariam depois se pretendiam a sua discussão no Plenário ou na Comissão.

Projeto de Resolução	303	XIII	1	Por uma Escola Pública e inclusiva em toda a escolaridade obrigatória	Baixa comissão para discussão	2016-05-09	PCP
----------------------	-----	------	---	---	-------------------------------	------------	-----

3.2. Baixa de iniciativas europeias

Indicou depois que tinha sido recebida a iniciativa europeia COM(2016)290 - **Proposta de Regulamento** do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera o Regulamento (CE) n.º 539/2001, que fixa a lista dos países terceiros cujos nacionais estão sujeitos à obrigação de visto para transporem as fronteiras externas e a lista dos países terceiros cujos nacionais estão isentos dessa obrigação (Revisão do mecanismo de suspensão).

A iniciativa foi distribuída ao PS, tendo sido indicada como relatora a Deputada Susana Amador (PS) e agendada a apreciação do respetivo relatório para a reunião de 24 de maio de 2016.

3.3. Pedidos de audiência

Foi ainda referenciado o pedido de audiência de Miguel Faria de Sousa, para equacionar a isenção de descontos para a Segurança Social dos "tickets ensino", tendo sido distribuído ao PS, que indicará posteriormente o Deputado que presidirá à reunião.

3.4. Relatórios duma visita e duma audiência

Os relatórios da visita do Grupo de Trabalho de Ensino Especial ao Agrupamento de Escolas de Alapraia, no concelho de Cascais e da audiência à Plataforma pela EB 2,3 Alto do Lumiar foram aprovados.

3.5. Audiência parlamentar - Descentralização de Competências na Área da Educação – GT Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação

O Presidente da Comissão referiu que iria ter lugar no dia 25 de maio, a partir das 9h30, no Auditório do Novo Edifício, uma audiência parlamentar sobre Descentralização de Competências na Área da Educação, informando que já havia 18 inscrições para a mesma.

3.6. Visita de Deputados e técnicos do Parlamento de Moçambique

Por último, o Presidente indicou que visitaria a Assembleia da República, de 18 a 20 de maio, uma delegação de Deputados e técnicos do Parlamento de Moçambique, que tinha pedido para reunir com alguns Deputados das Comissões 8.^a (Educação e Ciência) e 10.^a (Trabalho e Segurança Social). O objectivo era informar os membros daquela delegação da importância de possíveis aplicações que permitam ao Parlamento comunicar com os seus cidadãos, possibilitando uma participação ativa do público no processo legislativo da Assembleia.

Nesta sequência, indicou disponibilidade para estar presente na reunião, informou que iria indicar depois o dia e hora da mesma e solicitou aos Grupos Parlamentares que, na medida do possível, estivesse presente, no mínimo, um Deputado de cada um.

3. Audiência ao Conselho da Procriação Medicamente Assistida – 10h00

Antes de dar início à audiência, o Senhor Presidente solicitou à Senhora Vice-Presidente da Comissão, Deputada Margarida Mano, que o substituísse na presidência da reunião, atendendo à sua qualidade de membro do Conselho da Procriação Medicamente Assistida.

A Senhora Presidente em exercício da Comissão deu as boas vindas ao Presidente do Conselho da Procriação Medicamente Assistida, Eurico Reis, que agradeceu a concessão da audiência, tendo entregue aos Senhores Deputados o relatório de atividades do ano de 2013 do Conselho, o projeto de investigação intitulado *Human embryo transcriptomic modifications induced by miRNAs secreted by the human endometrium to the endometrial fluid*, da autoria dos investigadores Carlos Simón Valles, Felip Vilella Mitjana e Sérgio Soares, e uma série de outra documentação que pode ser consultada [na página da Comissão](#).

Debruçou-se sobre a economia do conhecimento baseada no desenvolvimento intelectual, a tecnologia de ponta, a aposta na inovação e as técnicas de tratamento de situações de infertilidade conjugal com apoio laboratorial. Disse que uma das grandes preocupações do Conselho tinha a ver com o sofrimento dos casais inférteis, com o planeamento familiar e o projeto parental, sendo que a avaliação e o tratamento das situações clínicas de infertilidade conjugal eram duas das suas grandes preocupações. Salientou que, em termos quantitativos, em Portugal tem havido algum desenvolvimento desta área, que ainda é insuficiente para

responder aos problemas dos casais que recorrem a estas técnicas para tentar resolver o seu problema de infertilidade, mas que o nosso país se encontra num patamar técnico-científico semelhante ao dos países mais desenvolvidos, fruto do empenhamento e qualidade dos pioneiros da PMA e também do desempenho prestado por grupos de profissionais de várias áreas clínicas e não clínicas.

Referiu-se, por último, à ausência de educação sexual nas escolas e à necessidade de se apostar nesta área.

A Senhora Deputada Laura Magalhães (PSD) agradeceu os contributos entregues pelo Senhor Presidente do Conselho da Procriação Medicamente Assistida e a exposição feita sobre as questões da infertilidade e da ausência de educação sexual nas escolas.

O Senhor Deputado Alexandre Quintanilha (PS) agradeceu a intervenção feita pelo Presidente em matéria de investigação científica e de educação. Falou da importância da investigação científica nesta área e relativamente à qual algumas instituições do País têm vindo a dar passos muito importantes. Disse igualmente que o Grupo Parlamentar do PS congratula-se com a primeira aprovação de um projeto de investigação com células estaminais embrionárias humanas e perguntou se em relação a essa matéria em concreto existia a expectativa de haver um incremento desse tipo de projetos e até que ponto Portugal estava preparado para dar início ao rastreio de doenças raras e a novos tratamentos.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) falou na aposta da educação sexual nas escolas e na necessidade dos currículos escolares incluírem matérias relativas aos direitos humanos, à discriminação em função do género, ao acesso à maternidade por parte de casais homossexuais, etc., na medida em que se revela preocupante o facto de até hoje a escola não ter sido capaz de encontrar um modelo eficaz para transmitir esse tipo de conteúdos.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) salientou que a matéria da PMA tem sido amplamente discutida na Comissão de Saúde e daí dispensar abordar este tipo de questões, que no fundo escapam um pouco ao âmbito da Comissão.

Quanto à educação sexual nas escolas, um estudo de 2014 concluiu que na grande maioria dos agrupamentos escolares estava a ser cumprido o programa de educação sexual, apesar da existência de alguns problemas, designadamente ao nível da formação de técnicos e de professores incumbidos de levar a cabo o programa.

A Senhora Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) agradeceu os contributos do Presidente do Conselho da Procriação Medicamente Assistida e salientou a necessidade de se apostar na educação sexual nas escolas, dando formação, designadamente, sobre as matérias relativas à infertilidade.

O Senhor Presidente do Conselho da Procriação Medicamente Assistida respondeu a todas as questões colocadas, tendo-se referido ao alargamento do acesso às técnicas de PMA, à educação sexual nas escolas, às matérias relativas à infertilidade e às suas causas, como a poluição, o stress, hábitos alimentares, etc..

A gravação da audiência está disponível na [na página da Comissão](#).

4. [Petição n.º 66/XIII \(1.ª\)](#) — Solicitam a aprovação de um regime especial de aposentação para os docentes da educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico

- Audição dos peticionários
- Deputado relator: Ana Virgínia Pereira (PCP)

Dando início à audiência, os representantes dos peticionários, António Carlos Carvalho, Nelson Soares, Carla Costa, Luís Peixoto e Conceição Ascensão, sublinharam a sua pretensão de solicitar à Assembleia da República a criação de um regime especial de aposentação para os docentes da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico em nome da enorme discrepância que subsiste nas suas condições de trabalho comparativamente aos docentes dos restantes ciclos de ensino.

Sustentam esse seu pedido numa análise comparativa do tempo de serviço prestado pelos docentes dos vários níveis de ensino, alicerçada num estudo das condições de trabalho dos docentes da educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico em relação às dos restantes níveis de ensino entregue aos Senhores Deputados e que se encontra disponível na [página da Comissão](#), que demonstra a existência de uma enorme desigualdade no que diz respeito à duração semanal de trabalho, às componentes letiva e não letiva e respetivas reduções, que urge corrigir.

Depois de terem feito a apresentação das tabelas entregues aos deputados, os representantes dos peticionários concluíram que os docentes da educação pré-escolar e do 1.º ciclo não beneficiam das mesmas condições de trabalho, designadamente em termos do mesmo número de horas de trabalho e das mesmas reduções por componente letiva, quer por via das funções que desempenham quer por via da idade.

Nesse sentido, solicitam a aprovação de um regime especial de aposentação que permita restabelecer a igualdade de condições de trabalho entre todos os docentes, nomeadamente quanto à duração semanal de trabalho e às reduções da componente letiva, na medida em que o regime de monodocência não pode continuar a servir para justificar uma situação extremamente injusta.

A Senhora Deputada Maria Germana Rocha (PSD) agradeceu os contributos dados pelos peticionários, aproveitando para mencionar que o objeto da petição era sobejamente conhecido dos Deputados da Comissão, tendo já sido tratado em outras petições e audiências e até discutido em Plenário. Tendo em atenção que esta matéria é da exclusiva competência do Governo, disse ser importante ter presente a resposta dada pelo Senhor Ministro das Finanças no âmbito desta petição (e que pode ser consultada na [página da Comissão](#)), que refere muito claramente não existir nenhuma violação do princípio da igualdade e que se encontra afastada a possibilidade de existência um regime especial de aposentação.

A Senhora Deputada Maria Augusta Santos (PS) salientou a pertinência das preocupações apresentadas pelos peticionários, referindo também que as questões relativas à carreira docente e à aposentação dos docentes não podem ser tratadas como questões excecionais. Pensa que deve ser no âmbito do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário que estas matérias devem ser pensadas, discutidas e decididas para que, a existirem, as injustiças existentes possam ser definitivamente corrigidas.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) frisou a posição defendida pelo BE de que em Portugal se trabalha demasiadas horas por semana e demasiados anos, que o caminho do progresso não era certamente esse e que a questão da idade da reforma era neste momento, a par da gestão democrática das escolas, uma das principais reivindicações dos professores. Disse que a escola pública tem vindo a perder a sua capacidade porque os próprios professores já não estão a conseguir desempenhar o seu papel a 100% e que não é de regime excecional em regime excecional que se consegue resolver a questão, sendo desejável que a idade de reforma de todos os professores desça.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) sublinhou que a idade da aposentação era uma queixa recorrentemente feita por parte dos professores e que tem impactos muito significativos quer na geração que está neste momento em funções e com idade mais avançada quer na nova geração.

Referiu-se depois à resposta dada pelo Senhor Ministro das Finanças sobre esta petição que parece de alguma maneira encerrar o assunto, na medida em que entende não existir nenhuma desigualdade no regime vigente, não pretendendo, pois, estabelecer qualquer regime especial de aposentação para os docentes da educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico.

A Senhora Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) começou por agradecer aos peticionários o estudo entregue à Comissão. De seguida, disse que para o Grupo Parlamentar do PCP o trabalho dos professores tem de ser muito mais valorizado, sendo, assim, necessário haver alguns acertos em termos da redução do número de anos para se ter direito à aposentação.

Os peticionários responderam no fim a todas as questões colocadas, reiterando, mais uma vez, a necessidade de definir um regime especial de aposentação que salvaguarde a especificidade do exercício da docência a educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico; refutaram também a posição do Senhor Ministro das Finanças, salientando a necessidade de tratar de forma diferente aquilo que é desigual para que não se criem injustiças e os docentes não se sintam discriminados. Referiram que a análise comparativa feita das condições de trabalho dos docentes da educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico relativamente às dos restantes setores de ensino demonstra claramente que existe uma discrepância no que respeita à duração semanal de trabalho, à componente letiva e não letiva e respetivas reduções.

A gravação da audiência está disponível na [página da Comissão](#).

5. [Petição n.º 101/XIII \(1.ª\)](#), de José Manuel Maurício Brás — **Solicita a regulamentação que permita a certificação de competências avançadas em TIC, nível III e a revisão do regime legal de avaliação de desempenho dos docentes do Grupo 540, no que se refere à formação contínua**

Apreciada a nota de admissibilidade, foi deliberado admitir a petição, por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE e PCP, registando-se a ausência dos deputados do CDS-PP.

O PS indicou como relatora da petição a Deputada Maria Augusta Santos (PS).

6. [Projeto de lei n.º 158/XIII \(1.ª\)](#) (BE) - **Congela o valor das propinas para o primeiro, segundo e terceiro ciclos de estudos superiores**

Dada a impossibilidade de presença da relatora, Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP), foi deliberado adiar este ponto para a reunião seguinte.

7. [Projeto de lei n.º 159/XIII \(1.ª\)](#) (BE) - **Mecanismo extraordinário de regularização de dívidas por não pagamento de propinas nas instituições de ensino superior públicas**

Na impossibilidade da presença da relatora, Deputada Nilza de Sena (PSD), a Deputada Germana de Sousa (PSD) referiu que o parecer tinha sido distribuído e era claro, tendo proposto que se houvesse acordo, fosse votado. O parecer foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE e PCP, registando-se a ausência dos deputados do CDS-PP.

8. [Relatório do Governo sobre “Portugal na União Europeia – 2015”](#)

A Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) apresentou o relatório sobre a participação de Portugal na União Europeia – 2015 – nas matérias respeitantes à Educação e Ciência. Após as intervenções dos Deputados dos vários Grupos Parlamentares, o relatório foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE e PCP, registando-se a ausência dos deputados do CDS-PP.

9. [Projeto de lei n.º 38/XIII \(1.ª\)](#) (BE) - Revogação da Prova de Avaliação de Conhecimentos e Competências – PACC;

[Projeto de lei n.º 46/XIII \(1.ª\)](#) (PCP) — Estabelece os requisitos para o acesso à profissão docente e garante a anulação dos efeitos da Prova de Avaliação de Capacidades e Conhecimentos.

A apreciação da redação final foi adiada para a reunião seguinte.

10. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

11. Data da próxima reunião

17 de maio de 2016

Não havendo outros assuntos a tratar, a reunião foi encerrada às 12:10 horas.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Alexandre Quintanilha)

A presente ata foi aprovada na reunião da Comissão de 17 de maio de 2016.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Amadeu Soares Albergaria
Ana Rita Bessa
André Pinotes Batista
Emília Santos
Joana Mortágua
Laura Monteiro Magalhães
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Maria Manuela Tender
Odete João
Pedro Alves
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Susana Amador
Álvaro Batista
Ana Virgínia Pereira
António Eusébio
Cristóvão Crespo

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Torres
Miguel Tiago
Nilza de Sena

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista
Diogo Leão